



IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO 14.133/2021, IN 58/2022 E DEMAIS REGULAMENTOS RECENTES

Ênfase em Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência.

Carga Horária: 16 horas

DATA: 23/24 MARÇO

Professor: Felipe Juvanski.

Professor, graduado em Gestão Pública, Licenciado em Matemática, Tecnólogo em Edificações, Especialista em Gestão Pública Municipal, Educação Profissional, Topografia e Sensoriamento Remoto e Segurança do Trabalho, possui 14 anos de experiência na área de licitações e contratos públicos atuando como Pregoeiro em licitações presenciais e eletrônicas, tendo realizado a abertura de mais de 1200 pregões, vasta experiência em operações e capacitações em Pregão Eletrônico pela plataforma do compras.gov (antigo comprasnet) bem como plataformas privadas, coordenando e capacitando equipes de trabalho internas e externas, por meio de instituições públicas e privadas dentro e fora do estado do Paraná.

Conteúdo Programático

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Os princípios
2. Planejamento das contratações;
3. Plano de contratação anual;
4. Estudo Técnico Preliminar;
5. Formalização das demandas e as informações mínimas exigidas;
6. Termo de referência;
7. Catálogo de padronização de itens;
8. Formação dos preços referenciais (cesta de preços);
9. Agentes de Contratação, Agente designado Pregoeiro e a equipe de apoio;
10. Procedimentos auxiliares (credenciamento, pré-qualificação, manifestação de interesse, sistema de registro de preços, e registro cadastral)
11. Processo licitatório;
12. Fase preparatória;



13. Modalidades de Licitação e a obrigatoriedade da forma eletrônica e sua operacionalização;
14. Elaboração de edital e avisos de contratação direta;
15. Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos;
16. Contratações Diretas (dispensa e inexigibilidade);
17. Dispensa eletrônica e sua operacionalização;
18. Plataformas de acesso nas licitações e dispensas eletrônicas;
19. Operacionalização da plataforma de acesso compras.gov (antigo comprasnet);
20. Segregação de funções;
21. Contratos administrativos;
22. Gestão e fiscalização de contratos;
23. Alterações contratuais;
24. Integração ao Portal Nacional de Contratações públicas, suas funcionalidades e os demais veículos de publicação;
25. Normatizações exigidas pela Lei 14.133/21 e a possibilidade de utilização das regulamentações da união;
26. Infrações e sanções administrativas;